

PEDÓFILOS NA TELEVISÃO E VAMPIROS NA SOCIEDADE — BREVE ANÁLISE DO TRATAMENTO MEDIÁTICO DO CASO CASA PIA

A cobertura mediática do chamado Caso Casa Pia é um assunto fértil para análises de Imprensa, e instrutivo, se dessa análise resultar qualquer benefício para o futuro, pois permite situar o ponto em que os media se encontram hoje em Portugal.

A pedofilia praticada durante anos a fio sobre crianças à guarda do Estado não só abalou a moral da sociedade portuguesa, que assim viu «claramente visto» as suas enormes fragilidades em matéria de política social e, em particular, de salvaguarda dos direitos elementares dos mais jovens; como rapidamente se configurou como ferida mais profunda, metáfora perfeita do tumor que vai alastrando e contaminando uma boa parte do corpo social, forçando Política, Justiça e Media a um abraço ligado pela mesma afecção.

Uma demonstração deste movimento para o sincrético é a forma como os restantes casos de Justiça, posteriores ao aparecimento do escândalo Casa Pia, se dão a ver na generalidade dos noticiários televisivos: como reverberações da doença inaugural, sintomas previsíveis que apenas confirmam o diagnóstico inicial de incapacidade da Política para agir em prol do bem comum; da pouca vontade da Justiça em dar resposta célere ao desejo comum de encontrar os culpados e indemnizar as vítimas.

O mesmo aparelho judicial que tantas vezes emprega o argumento do «risco de perturbação da ordem pública» para manter os arguidos em prisão preventiva durante meses, por vezes anos, não percebeu ainda, ou não quis mudar a sua atitude, que se tornou no maior elemento de perturbação.

Tendo sido erguido para assegurar a ordem, este gigantesco edifício, cuja arquitectura é complexa mas admirável pois repousa em séculos de negociação para que um contrato social, assente em valores como o reconhecimento da necessidade de uma violência legítima e a mediação argumentada de conflitos possa funcionar, tornou-se desordenado.

São obscuras e incompreensíveis as suas decisões; falíveis os seus critérios que mudam, por vezes radicalmente, em função de apreciações diversas; lentas as conclusões, que obedecem a insondáveis preceitos burocráticos sem levar em conta que o trabalho dos magistrados, tal como o dos médicos, interfere decisivamente com a vida das pessoas e por isso exige urgência.

São sensatos os argumentos que «esfriam» as inúmeras discussões públicas, quase todas presas a um modelo argumentativo polarizado muito promovido pelos media, que tendem a defender o sistema de Justiça *contra* o dedo acusador de cidadãos anónimos, agentes políticos e corporativos bem identificados, notáveis da sociedade e da política, jornalistas, etc.

Entre estes, está o facto de a Justiça não poder ser considerada uma entidade unívoca, uma espécie de super sujeito ou centro unificado de poder. Dentro do mesmo sistema judicial, confrontam-se muitas lógicas e interesses diversos.

Basta pensar, por exemplo, que os advogados de defesa podem pretender retardar o julgamento enquanto a acusação pretende acelerar o andamento do processo; ou que existe um desfasamento benéfico entre o tempo judicial e o tempo mediático; ou ainda que as decisões não podem ser apressadas à custa da supressão dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Mas, de que serve iluminar tanto a discussão, quando a luz cega, quer dizer, justifica o que está mal, oferece uma explicação mas não resolve o problema?

Investidos socialmente do poder de sujeitar, os magistrados têm a obrigação de o usar no mais absoluto respeito pelos direitos de quem é sujeito à sua acção, assim deixando de ser sujeito livre. Este é um principio básico da cultura ocidental: a vontade de poder equilibra-se com o controlo sobre o poder.

Toda a modernidade se inscreve nesta configuração do corpo social, inclusivo do corpo dos indivíduos justamente porque, para proteger, necessita de controlar.

O jurídico corresponde, na linguagem dos afectos, a um abraço poderoso mas não a uma ligação servil porque, algures num ponto da História, ela foi negociada e deliberada.

Compreende-se bem como o crime em geral, sobretudo os crimes de natureza sexual, e ainda mais exercidos sobre crianças, violam profundamente esta promessa de paz e liberdade feita pelos modernos, desde que aceitassem conformar o seu corpo a uma abstracção jurídica.

A pedofilia vem dolorosamente fazer regressar a carne, quer dizer, o corpo desorganizado, a sujeição e a irracionalidade. A «carne» vem antes do corpo, sendo «simultaneamente promessa de alegria e superfície de inscrição de ameaças de todo o tipo, a derradeira das quais é a morte», define Bragança de Miranda.

A revelação de tão terrível crime praticado sobre uma carne tão jovem e desprotegida, num ambiente asilar e anacrónico de acolhimento de crianças como o da Casa Pia, teria sempre que ser da natureza do traumático.

Se vier a provar-se que tem a dimensão que os media lhe atribuíram, este caso só pode posicionar-se como ponto inaugural de uma nova ordem, mais violenta que a existente.

O mal estar ou «a náusea», como titulóu o *Le Monde*, que atravessa a sociedade portuguesa nasce também da impressão de que o poder exercido pela Justiça se desligou da sua missão social:

não promove a fala das alegadas vítimas, remetendo-as para um silêncio martirizante; permite, através de ardilosos mecanismos legais, o sucessivo adiamento de fases importantes do processo; manteve na prisão arguidos sem culpa formada, não tendo sido capaz de formular uma acusação coerente e forte que permita compreender a dureza de tais medidas preventivas.

A já bastante complexa amálgama de notícias que constitui o caso Casa Pia serviu também para, em Portugal, consagrar a centralidade da televisão como instituição social. Representa ainda a confirmação de um modelo televisivo narrativo bastante eficaz que tenderá a ser reproduzido até à exaustão, ou até que outra fórmula qualquer se revele mais proveitosa e o substitua, porque esse é o curso natural das coisas na ordem dos media.

A «televisão psi», na feliz designação de Dominique Mehl, é uma das faces desta nova televisão cujas características principais são a flexibilidade, o desdobramento e a mobilidade, por contraste com a rigidez anterior.

A *televisão psi* usa a *vulgata* da psiquiatria, da psicologia ou da psicanálise para olhar para a sociedade e supostamente compreender e decifrar os seus problemas.

A *televisão psi* inspira-se numa prática altamente especializada e, até aqui, confinada ao acantonamento das doenças íntimas e inconfessáveis – pela sua proximidade com a loucura – e projecta-a como abordagem normativa dos fenómenos sociais; como se a compreensão do todo equivallesse à tradução do sofrimento individual em sofrimento colectivo.

De certa forma, esta televisão pedofiliza a sociedade, ao tratá-la como «carne» artificial, que, justamente por causa da sua artificialização, pode ser medicalizada, mesmo no seu interior.

A passagem «do divã ao écran», como salienta Dominique Mehl, é manifestação de toda uma evolução social cuja amplitude não podemos aqui destrinçar. Mas um dos vincos mais marcantes do contexto pós-moderno é, segundo aquela investigadora francesa, a forma como a relação com o Outro se pensa através do prisma da relação com o Eu.

O centramento no indivíduo acrescenta maiores oportunidades, escolhas mais diversificadas e livres – porque é o Eu que desenha as suas preferências – mas também um olhar introspectivo que quase força a descobrir angústias, perversões e a potenciar (in)confissões.

Quando a televisão oferece a sua antena e a sua mega potência técnica para que esta palavra íntima se torne pública, vemos como isso só pode ter um efeito avassalador sobre a própria natureza do espaço público.

A esfera pública já não pode ser mais habermasiana, no sentido de se ocupar com os dilemas dos cidadãos, pois está sufocada pelas «estórias» dos seres humanos. Humanizar, vampirizar, eis o que a televisão *psi* faz aos homens, ou não fosse o mito do vampiro, tal como surge no maravilhoso filme de Murnau, bem a ilustração desses novos seres cindidos entre a vida e a morte, entre a paixão e a máquina.

O tratamento mediático da pedofilia na Casa Pia releva de um modelo narrativo que opera uma diferença radical em relação ao modelo jornalístico clássico.

O jornalismo, tal como o conhecíamos *antes*, é bem um «género minoritário», na expressão de Mário Mesquita, cujo destino oscilará entre o desaparecimento ou a preservação enquanto categoria artística.

Concretizando, a passagem deu-se algures entre os factos, que costumavam ter a primazia, e as pessoas, que agora dominam as notícias. O que aconteceu é claramente secundário em relação ao quem praticou/sofreu as acções noticiadas. Esta extrema personalização das notícias só pode contribuir para o agudizar do tratamento maniqueu e, sobretudo, para a morte da argumentação.

O efeito terapêutico da televisão reside no facto de se ter posicionado como instância de escuta generosa, como ampla superfície de contacto onde todas as experiências podem fluir. Mas, justamente, como argumentar a experiência? Como cindir, pelo exercício crítico, aquilo que é irredutivelmente da ordem do concreto?

Serge Tisseron fala do aparecimento de uma cultura «da extimidade», em que a despudorada *mise-en-scène* do Eu serve para a revalorização e reapropriação dessa esfera íntima, depois de devidamente legitimada pelo olhar dos outros.

Remetidos para a condição de espectadores das notícias, forçados ao consenso da partilha de experiências, podemos apenas mover-nos nessa exótica etnografia social com maior ou menor engajamento físico.

Serge Tisseron refere-se ainda à função de «mostração» da televisão, tanto mais reforçada quanto mais forte é o movimento para a despolitização das notícias e menor o compromisso que exigem ao espectador.

A dor do Outro organiza-se televisivamente como espectáculo sem exigir a minha participação, apenas retendo o meu olhar. É por isso que Daniel Dayan enfatiza a necessidade de uma «ecologia do olhar» que corresponde, nesta cultura de «actos de olhar», como antes existiam os «actos de fala» descritos por Austin, à interrogação ética possível.

A linguagem da televisão adquiriu uma enorme sofisticação e mestria – as câmaras parecem falar por si, impondo uma narrativa activa, detectivesca, emocionante pela sua capacidade de tudo ligar.

As directivas para a construção dos noticiários televisivos e da maioria dos produtos audiovisuais, incluindo documentários e telefilmes, impõem regras bem claras quanto à construção narrativa.

A preferência vai para «estórias» apelativas, universalizáveis, com mistura de drama e ficção (até se inventou o neologismo docu-ficção), com poucas «cabeças falantes» e a tónica posta na psicologização das personagens a fim de criar identificações emocionais fortes com o espectador.

Nada disto é natural, mas tudo se naturaliza facilmente. As empresas de comunicação, por força de inúmeras circunstâncias impossíveis de concretizar neste texto, compreenderam rapidamente que a mistura do jornalismo com o reino universal da ficção junta o melhor de dois mundos: o efeito-verdade do jornalismo com o efeito-choque do drama. Esta aliança é, por enquanto, indestrutível.

Conclusão

A cobertura mediática da pedofilia na Casa Pia e, eventualmente, noutras casas [a casa de Elvas, o apartamento de Cascais, lugares cuja toponímia desconhecemos em absoluto mas que, no imaginário alimentado pelos media, passaram a representar uma geografia de crime e castigo] providencia a ligação entre dois universos que costumavam estar desligados: a realidade, onde se passam coisas e que tem uma exterioridade e uma corporeidade palpáveis – Walter Lippmann chamava-lhe «o mundo lá fora» – e o mundo da ficção, dos sonhos, dos desenhos, da imaginação.

É evidente que sempre existiram passagens, umas mais secretas que outras, entre estes dois universos. Mas o jornalismo, por força da sua constituição histórica como profissão, sempre se assumiu como campo de separação, mais do que como ponte entre eles. O jornalismo não era uma

profissão onde se relatavam coisas passadas em nenhures, lugares virtuais prontos a serem activados/desactivados pelo uso. Mas passou a ser: ao valorizar a transparência, os media acabam instaurando um contínuo de imagens cuja ligação releva mais da ordem do jogo ou do lúdico do que da existência de uma qualquer causalidade efectivamente existente entre as partes.

O jornalismo, quer dizer, o espaço concedido à informação nos media, em particular na televisão, apresenta-se hoje como um imenso corredor que providencia acesso a todas as portas.

O jornalismo transformou-se numa plataforma, num não-lugar, na expressão de Marc Augé, sem fronteiras, sem território fixo, um espaço de experimentação tecnológica, uma laboratório de experiências de mistura de géneros, de criação de novos produtos, de manipulação genética.

Este ambiente conturbado podia estar a ser vivido com a preocupação natural de quem experimenta uma guerra civil. Mas, estranhamente, não é isso que acontece. Vive-se, pelo contrário, com um sentimento exaltante de poder, de fruição técnica, de absoluto descomprometimento com as consequências deste processo para o conjunto da sociedade.

Só perante esta fria indiferença pudemos realmente compreender o alcance da expressão de «triunfo da razão técnica instrumental» que Adorno e Horkheimer identificaram nos anos 30 do século passado.

Para terminar, honremos a memória de um filósofo cujo bicentenário da morte se comemorou muito recentemente, recordando uma das suas exigências mais célebres: *sapere aude!* (ousa servir-te da tua própria razão).

Kant sabia, há dois séculos, duas coisas fundamentais no mundo moderno: estamos sozinhos com os nossos recursos, tudo o resto é falível; o sucesso público e a imortalidade dependem de se poder resumir toda uma obra a dois ou três bons *sound bytes*.

Bibliografia

- Bragança de Miranda, José (2002), *Teoria da Cultura*, Lisboa, Século XXI.
- Cornu, Daniel (1999), *Jornalismo e Verdade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Dayan, Daniel, «Le presque public de la télévision» in *Réseaux*, 18 (100), pp. 427-456 (numéro *Communiquer à l'ère des réseaux*).
- Mehl, Dominique (2003), «Extension du domaine de la psy» in *Les dossiers de l'audiovisuel*, N° 111 Septembre/Octobre 2003: Psy et médias sont-ils compatibles?
- Mehl, Dominique (1996), *La télévision de l'intimité*, Paris, Seuil.
- Mesquita, Mário (2004), *O Quarto Equívoco*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- Tisseron, Serge (2003), «De l'intimité à l'extimité» in *Les dossiers de l'audiovisuel*, N° 111 Septembre/Octobre 2003: Psy et médias sont-ils compatibles?
- Tisseron, Serge (2002), *L'Intimité surexposée*, Paris, Ramsay 2001, rééd. Hachette Littérature.

